

Votação de MPs ameaça férias de parlamentares

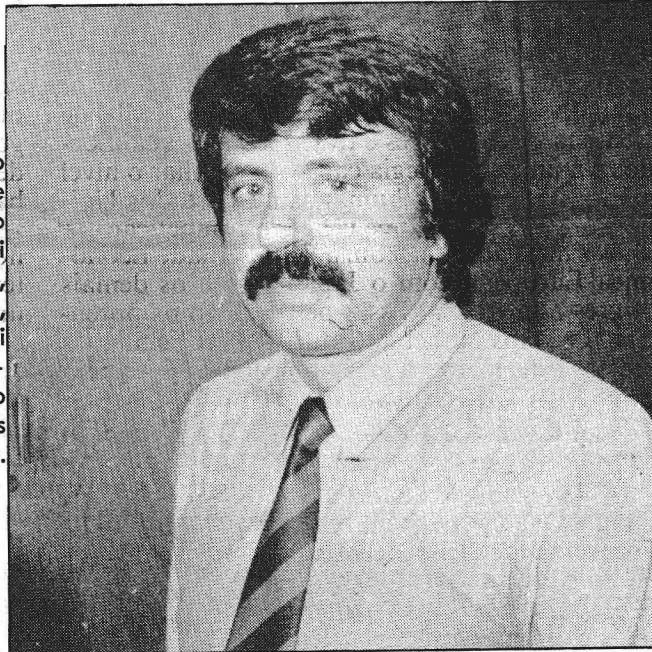
JORNAL DA TARDE
11 DEZ 1990

A uma semana do início do recesso parlamentar, deputados e senadores ainda não conseguiram afastar a ameaça de terem de voltar ao trabalho durante as férias. A ameaça é provocada por 15 Medidas Provisórias editadas no último mês, que perdem a validade nos próximos 30 dias e terão de ser reeditadas pelo governo caso não sejam apreciadas até a próxima segunda-feira. A pauta do Congresso é engordada pelo orçamento da União para 1991 e pedidos de crédito que ultrapassam Cr\$ 2 trilhões, para que o governo feche suas contas neste ano.

Na reunião de líderes de partidos, hoje à tarde, há poucas chances de entendimento na política salarial. Os aliados do governo não aceitam a prefixação proposta por empresários e trabalhadores na mesa do entendimento nacional e que orienta o projeto de lei de conversão à Medida Provisória 273 do relator Tidei de Lima (PMDB-SP).

Antes de se despedirem, os deputados também terão de fixar o salário dos parlamentares para a próxima legislatura. A proposta da Mesa da Câmara mantém vencimentos no equivalente a Cr\$ 794 mil, que os parlamentares receberam em

Projeto
de
conversão
de Tidei
de Lima.
PMDB,
incluso
prefixa-
ção de preços
e salários.



novembro. Deverá ficar para o ano que vem a votação de projetos polêmicos como o que pune a cobrança de juros acima de 12% ao ano e o que limita o uso de medidas provisórias pelo presidente da República.

O apoio político à negociação da dívida externa divide os senadores desde que o governo aceiou com o pagamento de juros atrasados aos credores privados antes da assinatura final do

acordo. Está previsto para amanhã o último acerto das contas na Comissão Mista de Orçamento, com a aplicação de mais Cr\$ 49 bilhões em emendas apresentadas pelos parlamentares. A direção do Congresso esclareceu ontem que o atraso na votação do orçamento não suspende o início do recesso parlamentar — hipótese prevista para a Lei de Diretrizes Orçamentárias.